



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO



JULHO/2021

1 INTRODUÇÃO

A Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, criada pela Lei Estadual nº. 9551 de 4 de janeiro de 2012, fundamentada no seu trabalho de promoção da cidadania e da defesa da dignidade humana da pessoa privada de liberdade pelo Poder Judiciário, traz neste relatório informações referentes à pessoa com transtorno mental (PTM) sob custódia do Estado do Maranhão.

Tem como objetivo primordial garantir a efetivação das diretrizes da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) expressa no Provimento 24/2020, de 27 de maio de 2020, que disciplina o procedimento judicial para a aplicação, execução, avaliação e acompanhamento das medidas terapêuticas cautelares, provisórias ou definitivas à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Insta salientar que, em virtude da declaração pública de situação de pandemia pela Organização Mundial da Saúde – OMS, nesse período foram expedidos diversos atos normativos com medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) nos sistemas prisional e socioeducativo do Estado do Maranhão. Ressalta-se a expedição da PORTARIA-TJ – 20672020 que, por recomendação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, instituiu o Comitê para acompanhamento das medidas de enfrentamento ao contágio pelo novo Coronavírus.

Pauta-se que, as informações aqui expostas referem-se ao mês de julho de 2021 e estão apresentadas por meio de gráficos e tabela, possibilitando assim, melhor visualização dos dados informados.

Os dados deste relatório foram obtidos por meio das informações prestadas pelas supervisões da saúde, assistência psicossocial e jurídica da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP, assistência jurídica do Hospital Nina Rodrigues, coordenação do Núcleo de Perícias Psiquiátricas e da coordenação da Equipe do Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicadas a Pessoas com Transtornos Mentais em Conflito com a Lei.

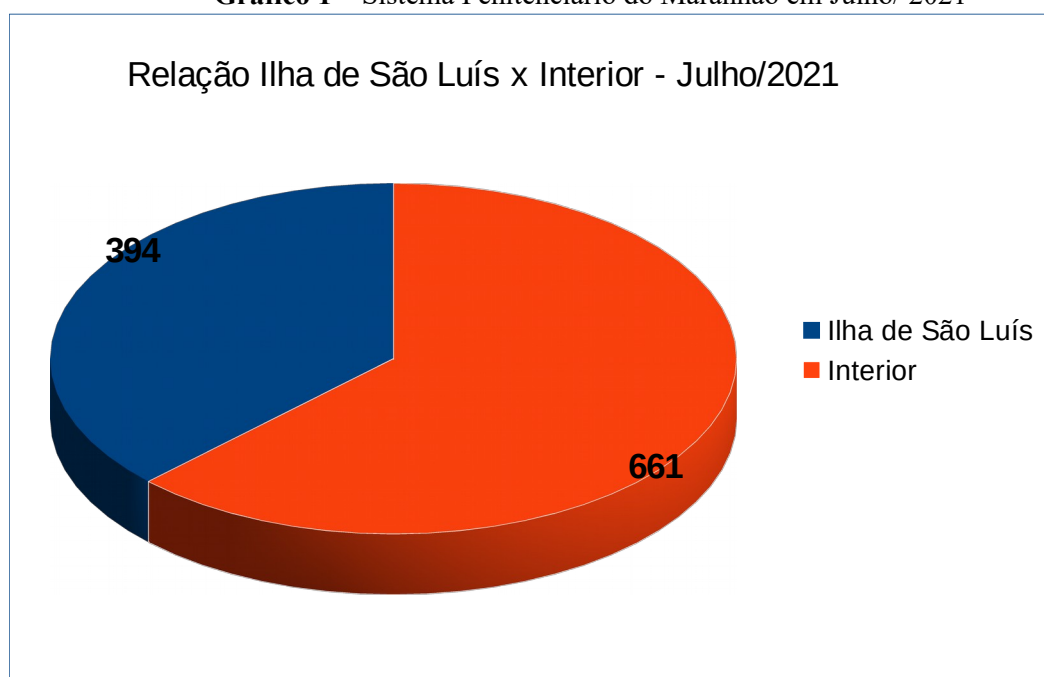
2 UNIDADES PRISIONAIS

Consoante dados da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, o Estado do Maranhão dispõe de 46 Unidades Prisionais, das quais 15 (quinze¹) estão localizadas na Ilha de São Luís-MA e 31 (trinta e um²) no interior do Estado.

As Unidades Prisionais fazem a custódia de toda a população carcerária do Maranhão e a UMF/TJ-MA se propõe a acompanhar, monitorar e fiscalizar os dados do sistema prisional, bem como, as informações referentes às pessoas com transtorno mental, identificando e propondo ações para o fortalecimento do Programa de Atenção Integral às Pessoas com transtorno mental no Maranhão - PAIMA nos estabelecimentos penais.

De acordo com a Supervisão da Assistência Psicossocial da SEAP, até o mês de julho de 2021, dos 11.295 internos custodiados, 1.055 tratavam-se de pessoas com transtorno mental, conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Sistema Penitenciário do Maranhão em Julho/ 2021



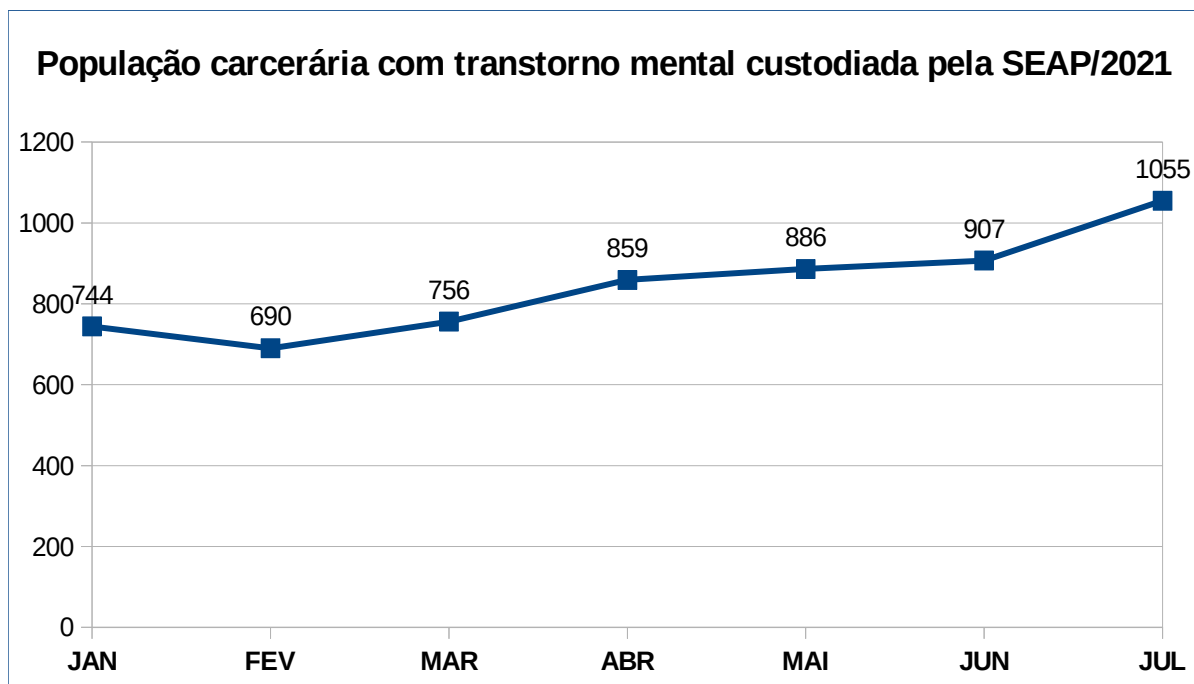
Fonte: Supervisão da Assistência Psicossocial – SEAP

O gráfico 2 abaixo, representa o quantitativo da população carcerária com transtornos mentais de janeiro a julho de 2021.

1 Unidades prisionais da Ilha de São Luís: UP Feminina, UPSL 1, UPSL 2, UPSL 3, UPSL 4, UPSL 5, UPSL 6, UPMAX, COCTSL, PR São Luís, UPR Anil, UPR Olho d'água, UPR Monte Castelo, CAAE São Luís, UPR Paço do Lumiar.

2 Unidades prisionais do Interior: PR Imperatriz, PR Pedreiras, PR Pinheiro, PR Pinheiro, UPR Açailândia, UPR Bacabal, UPR Balsas, UPR Barra do Corda, UPR Carolina, UPR Carutapera, UPR Chapadinha, UPR Caxias, UPR Codó, UPR Colinas, UPR Coroatá, UPR Cururupu, UPR Davinópolis, UPR Governador Nunes Freire, UPR Grajaú, UPR Imperatriz, UPR Itapecuru-Mirim, UPR Pinheiro, UPR Porto Franco, UPR Presidente Dutra, UPR Rosário, UPR São João dos Patos, UPR Santa Inês, UPR Timon, UPR Tutóia, UPR Viana e UPR Zé Doca.

Gráfico 2 – População carcerária com transtorno mental custodiada pela SEAP

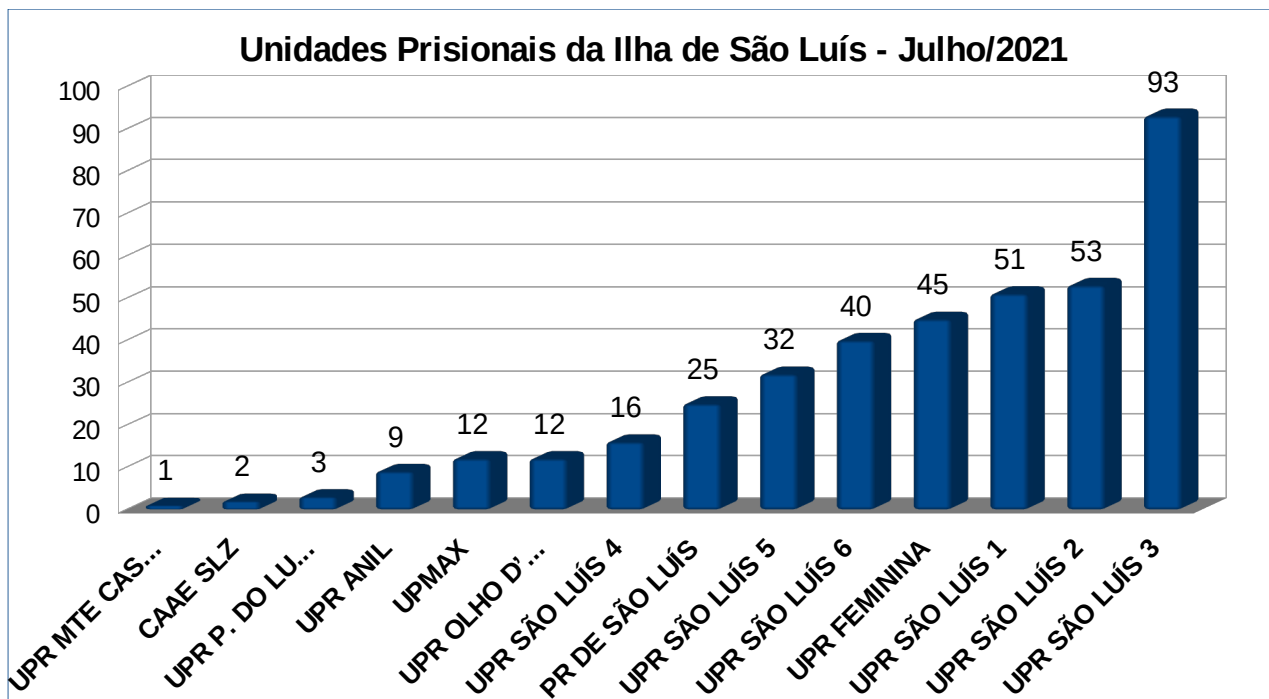


Fonte: Supervisão da Assistência Psicossocial – SEAP

Ressalta-se que, os dados elencados acima não correspondem ao quantitativo das 46 (quarenta e seis) Unidades Prisionais, uma vez que, nem todos os estabelecimentos penais prestaram essa informação. Assim, no período compreendido de janeiro a julho de 2021 não foram obtidos os dados das seguintes Unidades: em janeiro, não recebidos os dados de 09 (nove) presídios, dos quais 1 (um) da Ilha de São Luís e 08 (oito) do interior; no mês de fevereiro, os dados de 10 (dez) estabelecimentos penais, dos quais 02 (dois) da Ilha de São Luís e 08 (oito) do interior do Estado; no mês de março, não informaram os dados de 8 (oito) Unidades Prisionais, dos quais, 02 (dois) da Ilha de São Luís e 06 (seis) do interior do Estado; no mês de abril, os dados de 06 (seis) penitenciárias, das quais 01 (uma) da Ilha de São Luís e 05 (cinco) do interior do Estado; no mês de maio, os dados de 03 (três) presídios, dos quais 01 (um) da Ilha de São Luís e 02 (dois) do interior do Estado; no mês de junho, não recebidos os dados de 02 (dois) estabelecimentos penais, dos quais 01 (um) da Ilha de São Luís e 01 (um) do interior do Estado, e no mês de julho, todas as Unidades Prisionais informaram o quantitativo das pessoas custodiadas que fazem uso de medicação psicotrópica.

Conforme dados obtidos, as Pessoas com Transtorno Mental (PTM's) encontram-se distribuídas no sistema penitenciário maranhense de acordo com os Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 – Distribuição da população carcerária com transtorno mental – Ilha de São Luís

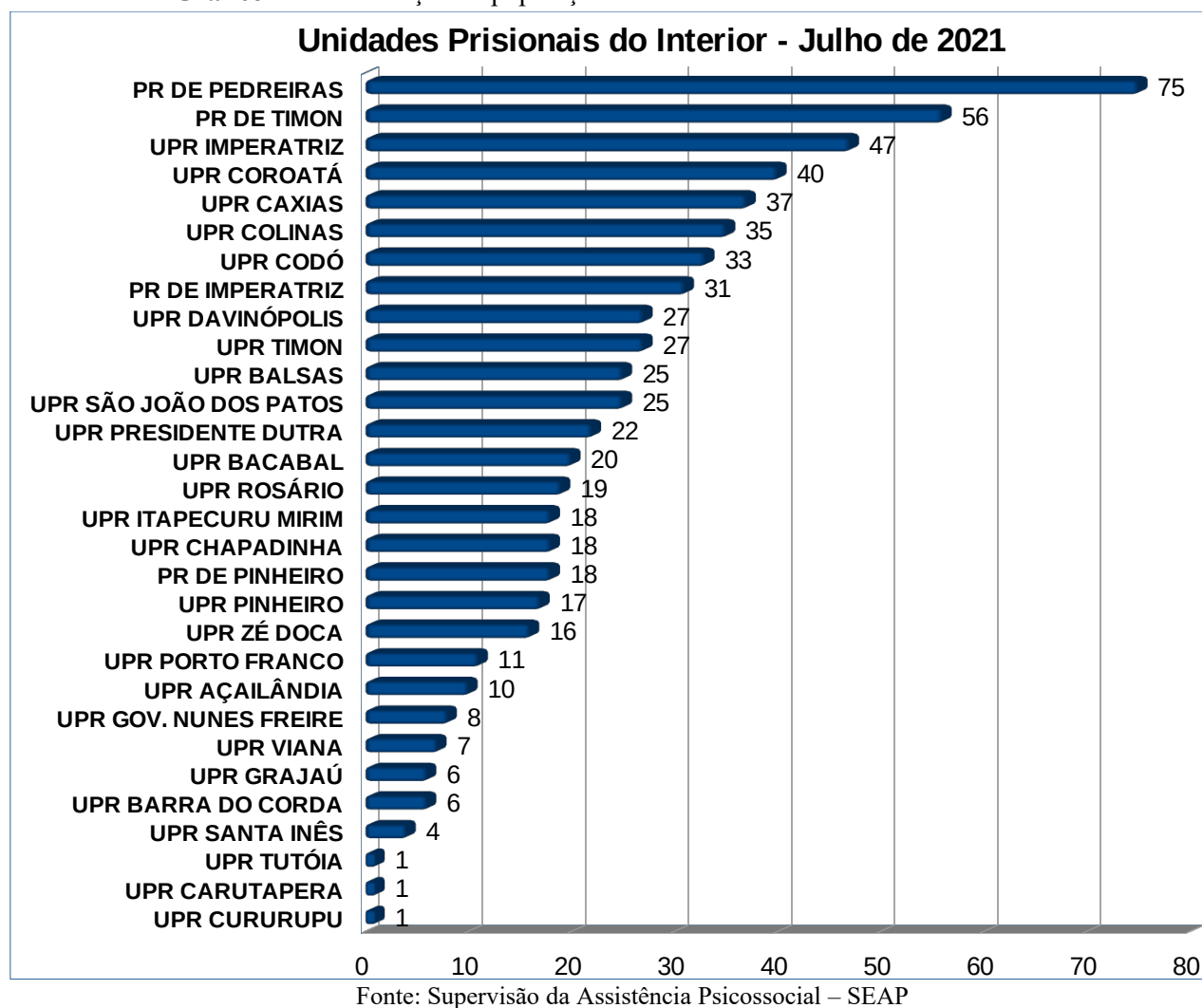


Fonte: Supervisão da Assistência Psicossocial - SEAP

Ressalta-se que, consoante informação prestada pela Supervisão da Assistência Psicossocial da SEAP, no referido mês, não há pessoas fazendo uso de medicação psicotrópica no Centro de Observação, Classificação e Triagem de São Luís – COCTS.

Quanto aos dados informados pelas demais Unidades, é importante destacar que, em alguns presídios, o quantitativo populacional de pessoas que fazem uso de medicação psicotrópica na capital é superior a 10% do quantitativo total de pessoas encarceradas na Unidade, essa realidade contempla os seguintes estabelecimentos penais: a UPRMAX fez a custódia de 30 (trinta) pessoas, das quais 12 (doze) fazem uso de psicotrópico, o que corresponde a 40% da população daquele presídio; a UPR 3 fez a custódia de 434 (quatrocentos e trinta e quatro) pessoas, das quais 93 (noventa e três) fazem uso de medicação psicotrópica, o que corresponde a 21,43% da população daquele estabelecimento penal; a UPR Feminina fez a custódia de 275 (duzentas e setenta e cinco) pessoas, das quais 45 (quarenta e cinco) fazem uso de psicotrópico, o que corresponde a 16,36% da população daquela Unidade Prisional; a UPR 4 fez a custódia de 111 (cento e onze) pessoas, das quais 16 (dezesseis) fazem uso de medicação psicotrópica, o que corresponde a 14,41% da população daquela penitenciária; a UPR 1 que fez a custódia de 435 (quatrocentos e trinta e cinco) pessoas, das quais 51 (cinquenta e uma) fazem uso de psicotrópico, o que corresponde a 11,72% da população daquele presídio, e a CAAE que fez a custódia de 18 (dezoito) pessoas, das quais 2 (duas) fazem uso de medicação psicotrópica, o que corresponde a 11,11% da população daquela UPR.

Gráfico 4 – Distribuição da população carcerária com transtorno mental – Interior



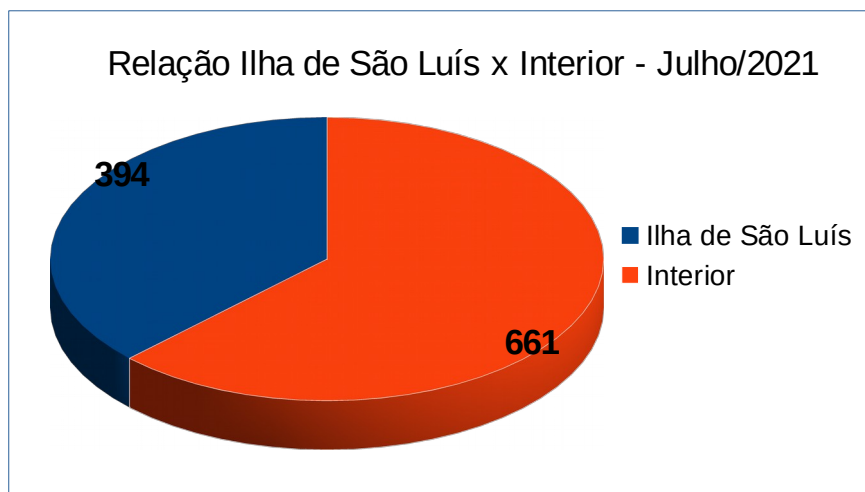
Destaca-se que, consoante informação prestada pela Supervisão da Assistência Psicossocial da SEAP, não há pessoas com transtornos mentais custodiadas na UPR Carolina.

Quanto aos dados informados pelas demais Unidades, é importante destacar que, em alguns presídios, o quantitativo populacional de pessoas que fazem uso de medicação psicotrópica no interior é superior a 10% do quantitativo total de pessoas encarceradas na Unidade, essa realidade contempla os seguintes estabelecimentos penais: a UPR Colinas fez a custódia de 81 (oitenta e uma) pessoas, das quais 35 (trinta e cinco) fazem uso de psicotrópico, o que corresponde a 43,21% da população daquele presídio; a PR Pedreiras fez a custódia de 307 (trezentos e sete) pessoas, das quais 75 (setenta e cinco) fazem uso de medicação psicotrópica, o que corresponde a 24,43% da população daquele estabelecimento penal; a PR Timon fez a custódia de 263 (duzentas e sessenta e três) pessoas, das quais 56 (cinquenta e seis) fazem uso de psicotrópico, o que corresponde a 21,29% da população daquela Unidade Prisional; a UPR Presidente Dutra fez a custódia de 117 (cento e dezessete) pessoas, das quais 22 (vinte e dois) fazem uso de psicotrópico, o que corresponde a 18,80% da população daquela penitenciária; a UPR São João dos Patos fez a custódia de 135 (cento e

trinta e cinco) pessoas, das quais 25 (vinte e cinco) fazem uso de medicação psicotrópica, o que corresponde a 18,52% da população daquele presídio; a UPR Coroatá que fez a custódia de 221 (duzentas e vinte e uma) pessoas, das quais 40 (quarenta) fazem uso de psicotrópico, o que corresponde a 18,10% da população daquela Unidade Prisional; a UPR Davinópolis fez a custódia de 168 (cento e sessenta e oito) pessoas, das quais 27 (vinte e sete) fazem uso de medicação psicotrópica, o que corresponde a 16,07% da população daquela penitenciária; a UPR Caxias fez a custódia de 263 (duzentas e sessenta e três) pessoas, das quais 37 (trinta e sete) fazem uso de psicotrópico, o que corresponde a 14,07% da população daquele presídio; a UPR Zé Doca fez a custódia de 127 (cento e vinte e sete) pessoas, das quais 16 (dezesseis) fazem uso de medicação psicotrópica, o que corresponde a 12,60% da população daquele estabelecimento penal; a UPR Codó fez a custódia de 276 (duzentos e setenta e seis) pessoas, das quais 33 (trinta e três) fazem uso de psicotrópico, o que corresponde a 11,96% da população daquela Unidade Prisional; a UPR Balsas fez a custódia de 210 (duzentas e dez) pessoas, das quais 25 (vinte e cinco) fazem uso de psicotrópico, o que corresponde a 11,90% da população daquela penitenciária; a UPR Pinheiro fez a custódia de 151 (cento e cinquenta e uma) pessoas, das quais 17 (dezessete) fazem uso de medicação psicotrópica, o que corresponde a 11,26% da população daquele presídio; a PR Imperatriz fez a custódia de 293 (duzentas e noventa e três) pessoas, das quais 31 (trinta e uma) fazem uso de psicotrópico, o que corresponde a 10,58% da população daquele estabelecimento penal, e a UPR Porto Franco que fez a custódia de 105 (cento e cinco) pessoas, das quais 11 (onze) fazem uso de medicação psicotrópica, o que corresponde a 10,48% da população daquela UPR.

Ressalta-se que, as unidades prisionais da Ilha de São Luís possuem, no referido mês, 394 internos com transtorno mental, o que corresponde a 37%, enquanto as do interior encontram-se com 661, o que equivale a 63%, (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Relação da população carcerária com transtorno mental – Ilha de São Luís x Interior



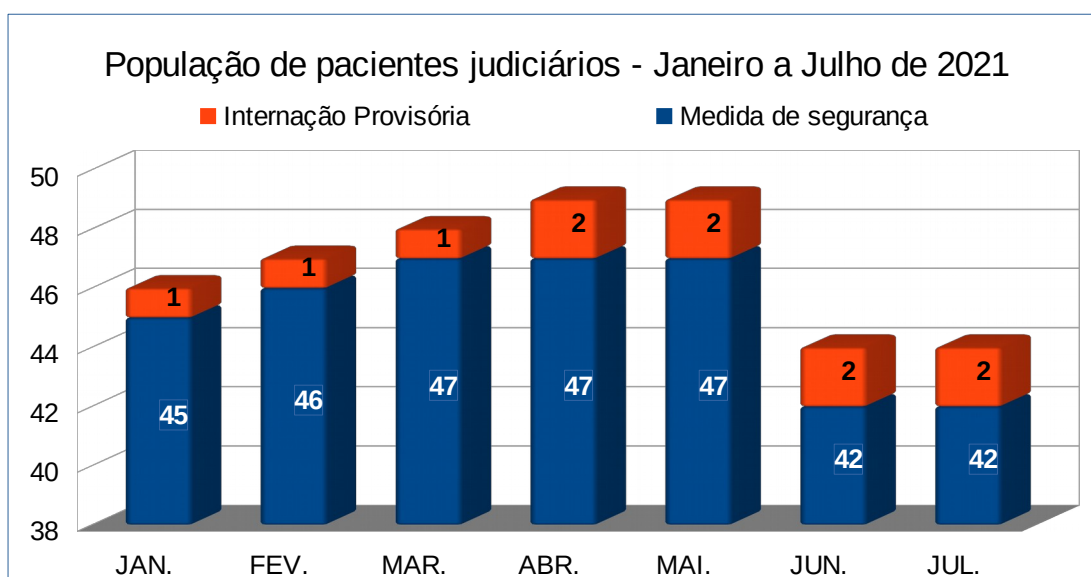
Fonte: Supervisão da Assistência Psicossocial – SEAP

3 HOSPITAL NINA RODRIGUES (HNR)

Segundo a assessoria jurídica do Hospital Nina Rodrigues – HNR/SEAP, no mês de julho/2021, o número total de pacientes judiciários no referido hospital é de 44 (quarenta e quatro), dos quais 42 (quarenta e dois) estão com a medida de segurança, dentre estes, 09 (nove) já foram desinternados e estão aguardando vaga em serviço de residência terapêutica (SRT), e 02 (dois) estão com internação provisória. Destaca-se, ainda, que houve uma desinternação com abrigamento familiar e que inexistem casos de óbitos e foragidos. Ressalta-se que, no corrente mês, a distribuição de pacientes judiciários conforme o gênero foi de 41 (quarenta e um) homens e 3 (três) mulheres.

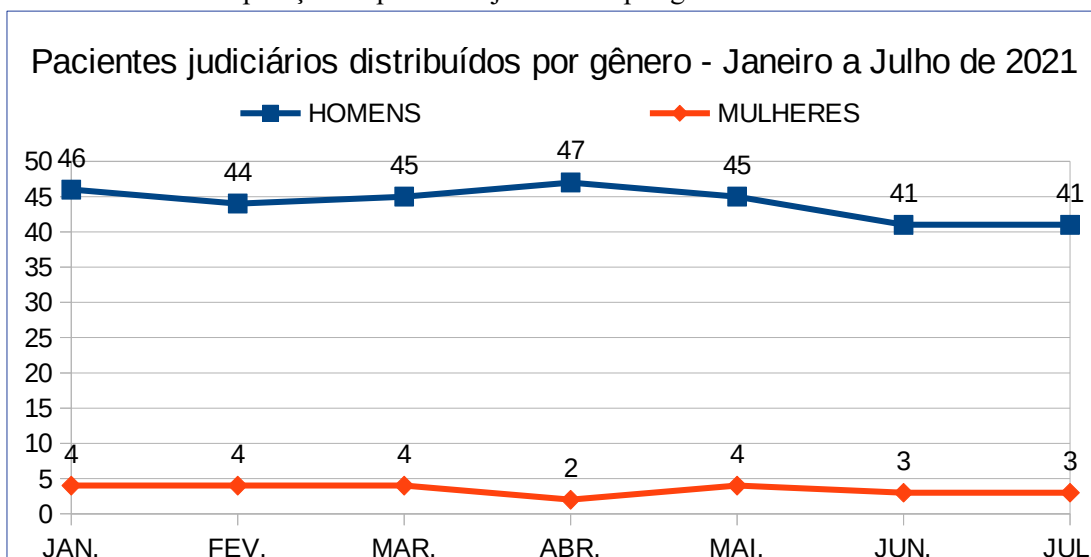
A situação judicial desses pacientes, bem como a distribuição conforme o gênero, está demonstrada nos gráficos abaixo (Gráficos 7 e 8).

Gráfico 7 – Relação medidas de segurança e internações provisórias – Janeiro a Julho de 2021



Fonte: Assistência Jurídica Hospital Nina Rodrigues – EPJ/HNR/SEAP

Gráfico 8 – População de pacientes judiciários por gênero – Janeiro a Julho de 2021



Fonte: Assistência Jurídica Hospital Nina Rodrigues – EPJ/HNR/SEAP

4 EQUIPE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Nesse período, segundo o Departamento de Atenção à Saúde Mental, as atividades realizadas pelo Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas aplicadas às Pessoas com Transtornos Mentais em Conflito com a Lei (EAP) foram as descritas abaixo:

- **Plano Terapêutico de Acompanhamento (PTA)**
 - a) PTA concluídos e protocolados: 04;
 - b) PTA em fase de construção: 23;
 - c) PTA novos solicitados: 01;
 - d) Pacientes com PTAs protocolados, mas com falta de abrigo: 00;
 - e) Pacientes com PTAs protocolados indicados a acompanhamento comunitário: 04;
 - f) Pacientes com PTAs aguardando documentação judicial: 07;
 - g) Pacientes desinternados: 00;
 - h) Pacientes acompanhados em medida de segurança (aberto e fechado): 181;
 - i) Avaliação Biopsicossocial concluídas e protocoladas: 06;
 - j) Avaliação Biopsicossocial em construção: 18;
 - k) Avaliação Biopsicossocial solicitadas: 07;
 - l) Avaliação Biopsicossocial protocolada sem indicação de internação: 04;
 - m) Avaliação Biopsicossocial aguardando documentação judicial: 03;
 - n) Reuniões por videoconferência (UPR, pacientes e familiares) e audiências: 23.

5 NÚCLEO DE PERÍCIAS PSIQUIÁTRICAS – NPP

De acordo com informações da coordenação do Núcleo de Perícias Psiquiátricas – NPP, no mês de julho, foram realizadas as seguintes atividades elencadas na tabela abaixo:

INDICADORES / MÊS DE REFERÊNCIA	JULHO
Quantitativo de perícias agendadas	29
Quantitativo de perícias realizadas	19
Quantitativo de perícias não-realizadas	10
Quantitativo de laudos confeccionados	19
Quantitativo de laudos em construção	00
Quantitativo de laudos comunicados oficialmente aos juízes	19

6 ATIVIDADES REALIZADAS

Realizou-se, por meio de plataforma virtual, reunião do GT NINA com representantes do Poder Judiciário, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária com o intuito de analisar, discutir e propor soluções a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêuticas cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis aos pacientes judiciários do Hospital Nina Rodrigues. Como pauta do GT NINA foi discutida a situação dos 42 pacientes submetidos a medida de segurança e 02 com internação provisória no referido nosocômio, dos quais, nove aguardam transferência para Serviço de Residência Terapêutica – SRT.

Procedeu-se com o mapeamento, via sistema Themis PG, de todos os incidentes de insanidade mental instaurados no Estado do Maranhão, a saber, 864, dos quais 294 nas Comarcas da Grande Ilha e 570 nas Comarcas do interior do Estado

No que tange ao quantitativo de 294 incidentes instaurados na Comarca da Grande Ilha, estes se subdividem em 243 na Comarca de São Luís, 39 na Comarca de São José de Ribamar, 07 na Comarca de Paço do Lumiar e 05 na Comarca da Raposa.

Atuou-se também nos acompanhamentos e resolutividade das demandas relativas à saúde mental, enviadas à Divisão Estrutural Técnica.

No referido mês, foi realizado, ainda, inspeção em quatro estabelecimentos penais nas cidades de Chapadinha, Itapecuru-Mirim, Rosário e Tutóia.

Em relação ao presídio de Chapadinha, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e duas técnicas de enfermagem, não há médico no quadro funcional, sendo demandado do município de Chapadinha. A unidade dispõe de uma profissional de serviço social e outra de psicologia que realizam atendimento diário aos reeducandos. Ressalta-se que 15 (quinze) internos fazem uso de psicotrópicos, naquele presídio.

Quanto a UPR Itapecuru, a equipe de saúde dispõe de uma enfermeira e uma técnica de enfermagem. O município aderiu a Política Nacional de Atenção Integrada a Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP, e há médico realizando atendimento, semanalmente, naquele estabelecimento penal. A Unidade dispõe de uma profissional de serviço social e outra de psicologia que realizam atendimento diário às pessoas privadas de liberdade. Destaca-se que 15 (quinze) internos fazem uso de psicotrópicos, naquela Unidade.

No que se refere à UPR Rosário, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e duas técnicas de enfermagem, o atendimento médico é prestado pelo profissional do município de Rosário, quando demandado. A unidade dispõe de uma profissional de

serviço social e outra de psicologia que realizam atendimento diário aos reeducandos. Ressalta-se que 16 (dezesesseis) internos fazem uso de psicotrópicos, naquele presídio.

Com relação a UPR Tutóia, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e duas técnicas de enfermagem, não há médico no quadro funcional, quando necessitam de atendimento, os internos são encaminhados para a rede pública do município de Tutóia. A Unidade ainda dispõe de uma assistente social e uma psicóloga que realizam atendimento rotineiro aos privados de liberdade. Naquela penitenciária, 06 (seis) reeducandos fazem uso de medicação psicotrópica.

Abaixo seguem alguns registros fotográficos realizados nos mencionados locais.

Foto 1 – Inspeção realizada na Unidade Prisional de Chapadinha



Fonte: Elaboração própria (2021)

Foto 2 – Inspeção realizada na UPR Itapecuru



Fonte: Elaboração própria (2021)

Foto 3 – Inspeção realizada na Unidade Prisional de Rosário



Fonte: Elaboração própria (2021)

Foto 4 – Inspeção realizada no presídio de Tutóia



Fonte: Elaboração própria (2021)